



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/07/2024 a 26/07/2024

Assunto: "Reforma Administrativa" or "PEC 32, de 2020"

Documento 1/2

131.2024	Sessão Ordinária - CD	02/07/2024-18:04
Publ.: DCD - 03/07/2024 -	Arthur Oliveira Maia-UNIÃO -BA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância do 2 de julho como a verdadeira data da Independência do Brasil, ressaltando o papel das forças baianas na expulsão dos portugueses. Em seguida, abordou a necessidade de avançar com a reforma administrativa, destacando três pontos principais: avaliação de desempenho, gestão de desempenho e flexibilização das contratações. Enfatizou que a avaliação pelo Gov.br permitirá ao povo brasileiro avaliar os serviços públicos. Ele defendeu a implementação de metas e a responsabilização dos gestores pela qualidade dos serviços. Por fim, argumentou que a flexibilização das contratações é essencial para atender às necessidades temporárias da administração pública.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (Bloco/UNIÃO - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Meu caro Presidente Pompeo de Mattos, parablenzo V.Exa. pela condução dos trabalhos nesta Casa.

Colegas Deputados e Deputadas, inicialmente eu quero parabenizar a minha querida Bahia pela data da sua independência. Dia 2 de julho é a data que nós baianos comemoramos como a data real da Independência do Brasil. Afinal de contas, o grito de independência proclamado às margens do Ipiranga no dia 21 de abril foi, na verdade, um ato que marcou solenemente a independência do ponto de vista da decisão dos brasileiros de enfrentar as forças invasoras. No entanto, foi apenas no ano seguinte, exatamente no dia 2 de julho, que as forças militares baianas, com brasileiros natos, com portugueses, com índios, com escravos, conseguiram, de fato, construir a Independência do Brasil e expulsar os portugueses.

Portanto, parablenzo aqui a Bahia.

E assomo a esta tribuna na tarde de hoje, Sr. Presidente, para falar sobre a reforma administrativa e a necessidade que nós temos neste País de trazer para o Plenário desta Casa o relatório que foi aprovado, para que, de fato, nós



possamos avançar com a reforma administrativa. Tem-se falado muito sobre a reforma administrativa, mas esse assunto não tem caminhado nesta Casa. Aconteceu a Comissão Especial em 2022, nós aprovamos o relatório. Eu fui o Relator do parecer que aquela Comissão aprovou, mas, de lá para cá, muito se fala e pouco se constrói no sentido de nós termos, de fato, a reforma administrativa.

A reforma administrativa, da forma como foi aprovada no Plenário da Comissão, tem três pontos que são fundamentais para o Brasil.

O primeiro deles diz respeito à necessidade que nós temos de estabelecer, no âmbito do Governo Federal, a avaliação de desempenho dos funcionários. A avaliação de desempenho é fundamental em qualquer setor da atividade produtiva. Os empresários avaliam os seus funcionários. Nós, políticos, nós, Deputados, somos avaliados a cada 4 anos pelo nosso eleitorado, que julga se devemos continuar com o mandato ou não. Portanto, é necessária, sim, a avaliação de desempenho.

Penso, inclusive, que a avaliação de desempenho hoje pode ser feita pelo Gov.br, porque nós precisamos dar ao povo brasileiro o direito de avaliar o serviço que está sendo prestado. Hoje, através do Gov.br, a mãe de um aluno pode avaliar a escola e o professor do seu filho. Através do Gov.br, você que está aí em uma comunidade e que se serve de um posto de saúde poderá, se aprovada a reforma administrativa, avaliar aquele serviço médico prestado no posto de saúde do seu bairro ou da sua comunidade.

Sras. e Srs. Deputados, os brasileiros precisam ter a possibilidade de avaliar o serviço público brasileiro. A reforma administrativa nos concede essa possibilidade.

Outro ponto fundamental da reforma administrativa é a gestão de desempenho. A gestão de desempenho significou trazer para a lei brasileira — isso está no nosso relatório — elementos de gestão que possam, inclusive, observar as métricas do avanço da qualidade do serviço público.

Nós conversamos, durante a elaboração do parecer, com a Fundação Dom Cabral, que, sem dúvida, é a maior autoridade acadêmica hoje no que diz respeito à administração, e ela nos auxiliou.

Nós colocamos vários elementos que dizem respeito a técnicas que precisam ser incorporadas à legislação brasileira, para que se permeie o gasto do dinheiro público, para que se verifiquem onde nós estamos e aonde queremos chegar.

É inaceitável, Sr. Presidente, que, por exemplo, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica — IDEB, uma escola em determinado ano receba nota 3, que é uma nota muito baixa. A escola, de acordo com as notas que os alunos têm, recebe nota 3. Isso é um absurdo, é terrível, é péssimo! No ano seguinte,



essa nota 3 vira 2,5, decresce, piora. O que se faz? Absolutamente nada.

Ora, meu Deus, qual é a lógica de estarmos medindo o índice de qualidade de uma escola, esse índice estar piorando a cada ano que passa e nós não termos ninguém que responda por essa consequência danosa para o aluno? É óbvio que isso não é razoável.

Nós precisamos estabelecer metas. Essas metas precisam ser cumpridas. As pessoas responsáveis pela execução dessas metas precisam responder perante a sociedade brasileira, perante aqueles que estão atendendo, por que essas metas não foram atingidas, caso de fato elas não forem.

Portanto, nós estabelecemos que, dentro da lei da reforma administrativa, que é uma proposta de emenda constitucional, uma PEC, temos que observar esses parâmetros, para, a cada dia, a cada ano, todos nós podemos ver, de fato, a melhoria da qualidade do serviço público no Brasil.

O terceiro ponto do tripé da reforma administrativa diz respeito à flexibilização das contratações. Não é razoável que nós tenhamos no Brasil concurso para ascensorista, concurso para segurança, concurso para cargos e funções que não precisam de concurso público, porque o concurso público é um casamento para a vida inteira, e isso não interessa para a administração.

Ora, muitos haverão de dizer: *"Mas e a precarização do serviço público?"*

Meus amigos, o que nós temos que perguntar hoje é se o serviço público existe para atender a sociedade brasileira ou a sociedade brasileira existe para atender o serviço público, porque, obviamente, o serviço público só existe e só tem razão de ser se, de fato, estiver atendendo — e atendendo bem — a sociedade brasileira. Portanto, nós temos que pensar, sim, na flexibilização das contratações. As Forças Armadas já praticam essas contratações há muito tempo com absoluto sucesso. Por que não fazer isso?

Vejam bem, nós tivemos, por exemplo, agora, essa tragédia que aconteceu no Estado do Rio Grande do Sul, uma destruição imensa. Obviamente, nos próximos anos, terão que ser envidados esforços para reconstruir a infraestrutura daquele Estado. Certamente, pessoas serão contratadas para fazer esse serviço, mas será que, depois de reconstruído aquilo que foi destruído, haverá a necessidade de essas pessoas estarem lá? Obviamente, não.

Obviamente, reconstruído aquilo que a enchente causou de destruição, não haverá mais sentido em as pessoas continuarem por 30 ou 40 anos exercendo essa função. Então, nós temos, sim, que pensar também na possibilidade de termos, através da reforma administrativa, a flexibilização das contratações.

Finalmente, Sr. Presidente, eu quero dizer que este debate é urgente. O Brasil precisa discutir a qualidade do seu serviço público. A reforma administrativa é um tema atual e necessário, que precisa chegar — depois de passar, como



passou, na Comissão Especial — ao Plenário desta Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

Documento 2/2

139.2024

Sessão Ordinária - CD 10/07/2024-21:47

Publ.: DCD - 11/07/2024 - Luiz Lima-PL -RJ

ENCERRAMENTO

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou as preocupações com as perspectivas econômicas sob o atual Governo, apontando políticas populistas que podem agravar a situação do Brasil. Criticou o aumento dos gastos públicos sem responsabilidade fiscal, a falta de reformas estruturantes e a intervenção excessiva na economia como sinais de um populismo econômico perigoso. Além disso, alertou para o aumento da dívida pública, inflação, desemprego e fuga de investimentos como consequências dessa abordagem. Enfatizou ainda a necessidade urgente de reformas que garantam a sustentabilidade fiscal, promovam a eficiência do setor público e incentivem o crescimento econômico, mencionando especificamente a reforma administrativa e previdenciária. Por fim, apelou ao bom senso e responsabilidade do Governo e da Câmara dos Deputados para construir um País mais próspero e justo, afastando o populismo em favor de decisões fundamentais para o futuro do Brasil.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LUIZ LIMA (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Prezado Presidente, Prezados Deputados, as perspectivas da economia brasileira sob o atual governo são muito preocupantes. Estamos diante de um cenário alarmante, marcado por políticas populistas que, se não corrigidas, poderão agravar ainda mais a situação econômica do Brasil. Desde o início do atual mandato, temos visto uma série de medidas que estão criando um ambiente de incerteza e instabilidade econômica. O aumento dos gastos públicos sem a devida responsabilidade fiscal, a falta de reformas estruturantes e a intervenção excessiva na economia são sinais claros de um populismo que pode nos levar a um abismo econômico. O governo atual tem adotado uma postura que favorece o gasto desenfreado, desconsiderando os limites fiscais necessários para manter a saúde econômica do país. Essa política irresponsável já está refletindo em vários aspectos negativos,



como Aumento da Dívida Pública, inflação, desemprego e fuga de investimentos. O endividamento crescente do governo federal é um sinal preocupante. Sem medidas de contenção e controle, estamos caminhando para uma situação insustentável, onde a dívida se torna um fardo para as futuras gerações. A inflação tem mostrado sinais de retorno, corroendo o poder de compra dos brasileiros e afetando especialmente as camadas mais vulneráveis da população. A falta de controle sobre os gastos públicos contribui diretamente para esse aumento. As políticas econômicas adotadas não estão gerando os empregos prometidos. Pelo contrário, o mercado de trabalho segue estagnado, sem perspectiva de melhora à curto prazo. O ambiente de incerteza afastou investidores, tanto nacionais quanto estrangeiros. A falta de confiança na gestão econômica do país resulta na redução de investimentos produtivos, essenciais para o crescimento sustentável. É fundamental que o governo mude seu curso e adote medidas responsáveis e estruturantes. Precisamos de reformas que garantam a sustentabilidade fiscal, promovam a eficiência do setor público e incentivem o crescimento econômico, principalmente a reforma administrativa e previdência. O Brasil não pode se dar ao luxo de continuar nesse caminho. É preciso responsabilidade e compromisso com as futuras gerações. Apelo ao bom senso do governo e desta Casa para que possamos juntos construir um país mais próspero e justo, afastando as tentações do populismo e abraçando as reformas necessárias para o nosso desenvolvimento. Que possamos ter a coragem de tomar as decisões difíceis, mas necessárias, para garantir um futuro melhor para todos os brasileiros.

Muito obrigado.
